

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. INVESTIMENTOS	16
4. PARTES RELACIONADAS.....	18
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
6. DESPESAS	19
7. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	20

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Chipley SP Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Chipley SP Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Chipley SP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Chipley SP Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 bem como as destinações do lucro líquido daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as destinações do lucro líquido daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

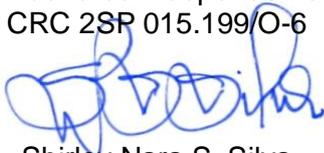
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de julho de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		6	2	Fornecedores		106	104
Tributos a recuperar		7	7	Tributos a recolher		528	160
Dividendos a receber	3.2	<u>9.180</u>	<u>33.219</u>	Dividendos a pagar	5.2	<u>4.619</u>	<u>2.066</u>
Total do ativo circulante		<u>9.193</u>	<u>33.228</u>	Total do passivo circulante		<u>5.253</u>	<u>2.330</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos	3	603.747	685.362	Capital social	5	744.871	744.871
Partes relacionadas	4	<u>229.807</u>	<u>70.034</u>	Reserva de lucros		4.862	2.175
Total do ativo não circulante		<u>833.554</u>	<u>755.396</u>	Dividendos adicionais propostos		<u>87.761</u>	<u>39.248</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>837.494</u>	<u>786.294</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>842.747</u></u>	<u><u>788.624</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>842.747</u></u>	<u><u>788.624</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
DESPESAS			
Gerais e administrativas	6	(2)	(57)
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	48.686	71.465
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>48.684</u>	<u>71.408</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		7.698	3.231
Despesas financeiras		(53)	(39)
Total	7	<u>7.645</u>	<u>3.192</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>56.329</u>	<u>74.600</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	(2.576)	(1.061)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>53.753</u>	<u>73.539</u>
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	5.3	0,07	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro Líquido do exercício	53.753	73.539
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>53.753</u>	<u>73.539</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros - Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		744.871	-	-	(30.050)	714.821
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.539	73.539
Constituição de reserva legal		-	2.175	-	(2.175)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.066)	(2.066)
Dividendos adicionais propostos		-	-	39.248	(39.248)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	5	744.871	2.175	39.248	-	786.294
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.753	53.753
Constituição de reserva legal	5.2	-	2.687	-	(2.687)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.2	-	-	-	(2.553)	(2.553)
Dividendos adicionais propostos		-	-	48.513	(48.513)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	5	744.871	4.862	87.761	-	837.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		53.753	73.539
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros sobre mútuo	4, 7	(7.944)	(3.201)
Juros sobre aplicações financeiras	7	(129)	(186)
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	(48.686)	(71.465)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(1)	390
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2	(39)
Tributos a recolher		1.154	62
 Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(785)	(247)
Dividendos recebidos	3.2	154.340	38.250
 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>151.704</u>	<u>37.103</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		129	186
Partes relacionadas		(151.829)	(47.909)
 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(151.700)</u>	<u>(47.723)</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>(10.620)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	10.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6	2
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>(10.620)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A (“Chipley” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, Jardim das Acácias, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013. A Chipley é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 5, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e possui o controle compartilhado, conforme Acordo de Acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW* e energia assegurada de 194 MW* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	281.272	115.893	121,35	266,28	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Carangola	ELETROBRAS	202.548	83.456	121,35	266,28	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	266,28	set/08	set/28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETROBRAS	54.054	22.272	121,35	266,28	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Funil	ELETROBRAS	302.441	124.615	121,35	266,28	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.378	121,35	266,28	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.410	121,35	266,28	jun/08	jun/28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	379.134	156.215	121,35	266,28	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	266,28	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETROBRAS	546.810	225.303	121,35	266,28	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETROBRAS	280.619	115.624	121,35	266,28	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.822	121,35	266,28	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
São Simão	ELETROBRAS	319.677	131.717	121,35	266,28	jun/09	jun/29	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pelos Acionistas em 05 de julho de 2019.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 9)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa; e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 4).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O principal passivo financeiro da Companhia compreende o saldo com fornecedores

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2018.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº47 – Receita de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, que não houve impacto na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº48 – Instrumentos financeiros

Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia avaliou que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da CPC 48, exceto pela classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias elencadas pela norma.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia realizou um trabalho interno e não foram identificados impactos para a adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 48: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima, mas não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO CIRCULANTES			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	158.661	148.692	Empréstimos e financiamentos	41.758	216.492
Outros ativos circulantes	65.873	65.201	Outros passivos circulantes	160.921	174.019
Total dos ativos circulantes	224.534	213.893	Total dos passivos circulantes	202.679	390.511
ATIVO NÃO CIRCULANTES			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.043.546	1.076.252	Empréstimos e financiamentos	863.854	621.002
Outros ativos não circulantes	40.795	59.555	Outros passivos não circulantes	57.506	64.503
Total do ativo não circulante	1.084.341	1.135.807	Total do passivo circulante	921.360	685.505
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	184.836	273.684
TOTAL DO ATIVO	1.308.875	1.349.700	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.308.875	1.349.700

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA	408.659	390.922
Custo com depreciação	(34.268)	(39.227)
Outros custos	(53.899)	(53.520)
Despesas gerais e administrativas	(16.869)	(13.608)
Reversão para perda com contrato oneroso	2.528	19.766
Resultado financeiro	(124.314)	(78.270)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(15.191)	(14.753)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>166.646</u>	<u>211.310</u>

3.1 Movimentação do investimento:

	<u>Investimento</u>		
	<u>Equivalência</u>	<u>Mais valia</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	110.332	575.034	685.366
Resultado de equivalência patrimonial	107.768	(36.303)	71.465
Dividendos propostos	(71.469)	-	(71.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	146.631	538.731	685.362
Resultado de equivalência patrimonial	84.989	(36.303)	48.686
Dividendos propostos	(130.301)	-	(130.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>101.319</u>	<u>502.428</u>	<u>603.747</u>

3.2 Movimentação dos dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos a receber	71.469
Dividendos recebidos	(38.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219
Dividendos a receber	130.301
Dividendos recebidos	(154.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>9.180</u>

3.3 Dividendos dados em garantia

Como garantia aos instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida com o Banco BTG Pactual S.A., a Renova Energia cedeu fiduciariamente 50,40% de todos e quaisquer dividendos decorrentes da participação na Brasil PCH S.A. Em 08 de maio de 2019, após renegociação da dívida com o Banco BTG a Renova Energia substituiu essa garantia pelas ações emitidas pela controlada Enerbras Centrais Elétricas S.A.

4. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Mútuo</u>				
Renova Energia S.A.	102.680	64.343	5.102	3.161
Renova Comercializadora S.A.	127.127	5.691	2.842	40
	<u>229.807</u>	<u>70.034</u>	<u>7.944</u>	<u>3.201</u>

Os principais saldos de ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 referem-se às transações de mútuo da Companhia com sua controladora Renova Energia e com a parte relacionada Renova Comercializadora S.A., sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., com prazo indeterminado de vencimento.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$744.871, e está representado por 744.871.373 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- 5% (cinco por cento), diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal, será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório.

Conforme estatuto social da Companhia, caso deliberado em Assembleia Geral, os acionistas terão o direito de receber como dividendo adicional em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da reserva legal. Em 2018 foram calculados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.553, conforme apresentado a seguir:

Lucro líquido do exercício	53.753
Reserva legal constituída	(2.688)
Base de cálculo para dividendos	<u>51.065</u>
Percentual legal de dividendos mínimos obrigatórios	5%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>2.553</u>
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	<u>0,003</u>

A Companhia destinou o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as destinações previstas, para a rubrica de dividendos adicionais propostos, os quais serão destinados após a aprovação em Assembleia Geral, de acordo com o Estatuto.

Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos propostos	2.066
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.066
Dividendos propostos	2.553
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.619

Dividendos dados em garantia

Em 03 de dezembro de 2018 as ações de emissão da Companhia detidas pela Renova Energia foram penhoradas, tendo em vista determinação judicial proferida no cumprimento da sentença do processo, ajuizada pelo Banco BTG pelo não pagamento da dívida vencida pela controladora Renova Energia. Como consequência da penhora das ações o fluxo do pagamento de dividendos para a Companhia foi suspenso. No entanto, em 08 de maio de 2019, após renegociação da dívida entre a controladora Renova Energia e o Banco BTG a execução foi suspensa.

5.3 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. No exercício não houve diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	53.753	73.539
<u>Lucro básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	744.871	744.871
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,07</u>	<u>0,10</u>

6 DESPESAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	-	56
Impostos e taxas	2	1
Total	<u>2</u>	<u>57</u>

7 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	129	186
Juros recebidos - mútuo (nota 4)	7.944	3.201
Outras receitas financeiras	-	2
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	<u>(375)</u>	<u>(158)</u>
Total das receitas financeiras	<u>7.698</u>	<u>3.231</u>
Despesas financeiras		
Juros	(21)	(30)
IOF	<u>(32)</u>	<u>(9)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(53)</u>	<u>(39)</u>
Total do resultado financeiro	<u>7.645</u>	<u>3.192</u>

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.329	74.600
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(19.152)	(25.364)
<u>Exclusões permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	16.576	24.322
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	-	(19)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(2.576)</u>	<u>(1.061)</u>

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	6	2
Não Circulante				
Partes relacionadas	229.807	70.034	229.807	70.034
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	106	104	106	104

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2	-
Não circulante				
Partes relacionadas	-	229.807	-	70.034
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	106	-	104

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Cláudio Ribeiro da Silva Neto
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA